

# A esperança que se distancia

hnc X

ave p. A3

JORGE BOAVENTURA

Desde os dias, que já agora parecem tão distantes, em que a magia da mídia, dinamizada e exaltada a níveis paroxísticos pelos devotados elementos das esquerdas marxistas os quais em grande número, a integram, induziu o povo a depositar enormes esperanças na famosa "Nova República", esta não tem feito outra coisa senão transformá-las em amargas decepções. Primeiro, foi o famoso "Plano Cruzado", em função do qual o próprio presidente da República se permitiu ir à TV, para dizer à nossa gente, com ar seráfico, da formidável conquista do seu governo, consistente em ter, praticamente, reduzido a zero a inflação. De fato, o estelionato eleitoral em que, realmente, acabou por constituir-se o citado "plano", por intermédio de um desastrado e desastroso congelamento de preços e salários, inicialmente foi capaz de produzir os resultados buscados por muitos, de transmitir ao eleitorado a falsa impressão do desaparecimento do fantasma inflacionário. Logo adiante, porém, conquistados pelo PMDB os governos de 22 dentre os 23 estados brasileiros, e esmagadora, achapante maioria parlamentar, a nação passou a, mais do que perceber, sentir o terrível logro de que fora vítima. Os magos, porém, da política, ou da politicagem, continuaram a tirar da sua inesgotável cartola, novos motivos enganosos, para manter acesa no povo a falsa impressão das excelências da nova ordem. Agora, tratava-se da Constituinte, com as famosas emendas populares, que mobilizaram milhões de pessoas para aporem as suas assinaturas a sugestões que, como se sabe, foram todas arquivadas, em absurdo desrespeito aos signatários, desconsiderados em sua boa-fé e

novamente desiludidos. Quanto aos trabalhos dos que foram eleitos para a missão fundamental de elaborar a nova Carta Magna, toda a gente vê como se estão processando. Em sua primeira fase, através de hábil manobra das esquerdas, foi concebida uma famosa "Comissão de Sistematização", cuja finalidade era a de redigir uma proposta de texto constitucional, sobre a qual haveria de pronunciar-se o restante dos constituintes. Como se vê, depois de oferecer ao povo —através das já citadas emendas populares— uma participação logo em seguida marginalizada, marginalizavam agora, justamente os que mais alto reivindicaram a democracia e a participação, os seus próprios colegas de assembléia. A manobra, por tão transparentemente evidente e por tão grosseira, acabou por despertar reações dos que haviam sido marginalizados, com as consequências e o curso que todos conhecemos. Hoje, mobilizam-se os lobbies dos empresários rural e urbano, já na fase de revisão, que só permite emendas supressivas, cujo sucesso parece muito difícil, eis que estamos já aos pródromos das eleições municipais, oportunidade em que os "pais da pátria" dedicam-se às suas bases —leia-se, às máquinas capazes de perpetuá-los no poder— tornando difícil e duvidosa a obtenção do quorum necessário à aprovação das numerosas sugestões apresentadas. De qualquer maneira —e aí está a razão pela qual consideramos que a esperança em futuro melhor se vai distanciando— a julgar pelo que nos chega ao conhecimento, os lobbies citados, únicos a disporem, talvez, de poder bastante para lograr algum sucesso em seus esforços —centram todas as suas preocupações nos dispositivos que figuram no texto em

revisão, relacionados com os custos do processo produtivo. Enquanto isso, segundo entendemos, prossegue o desmantelamento ético e moral da nossa gente, cuja inevitável consequência é, no plano do interesse coletivo, a ascensão de cidadãos de perspectivas morais confusas e débeis, quando não francamente inescrupulosas e corruptas. Ora, quais são os principais agentes daquele desmantelamento, se não os que compõem os que há anos vimos chamando de "centros de irradiação de prestígio cultural", desde há muito, em grande parte, dominados por interessados na demolição e por aproveitadores réles de certas características do seu processamento? Pois bem; no texto do relator, sobre o qual podem ser apresentadas emendas supressivas, figura dispositivo eliminador de toda qualquer censura a produções e iniciativas de caráter cultural. É fácil imaginar-se, pois, à luz do que já vem ocorrendo, o descabimento que haverá de seguir-se à eventual manutenção, no texto definitivo, do artigo a que nos estamos referindo, nitidamente permissivo em excesso e, por isto mesmo, potencialmente por demais perigoso. Quem, entretanto, no seio da permissividade já reinante, em cujo bojo se vem produzindo, entre outras coisas, a falência da instituição familiar no Brasil, haverá de dispor-se a prestar atenção a coisa tão "abstrata" ou "pouco prática", como querem a miopia de muitos e a má-fé de outros tantos? Quem haverá, já a esta altura, de querer passar por "retrogrado" ou "reacionário", quando é tão mais fácil fingir que não se está vendo o que ocorre hoje e, presumivelmente, haverá de ocorrer amanhã em muito maior escala?

Entretanto, ninguém ignora a im-

portância da estabilidade da instituição familiar, absolutamente insubstituível como ambiente de socialização do homem, em clima de valorização de suas melhores virtudes como o amor, a cooperação desinteressada e altruística e o exercício da autoridade polarizada pelo interesse de beneficiar os a ela submetidos. Toda a gente sabe disso; apenas está faltando coragem para proclamá-lo e para lutar desasombradamente pela defesa e pelo restabelecimento de valores cuja demolição prossegue e agora encontra novo alento e nova cobertura no dispositivo que estamos comentando. É de estranhar, portanto, que não haja em torno do assunto a mobilização de esforços que, se não seria de esperar-se de proprietários de poderosas redes de TV —os mais penetrantes veículos da mídia em nossos dias— de autores de novelas e quejandos, certamente são exigíveis pelos fiéis das numerosas denominações religiosas que, entre nós, se confessam cristãs e partidárias da concepção familiar do cristianismo. E isso, para falar apenas das denominações mais numerosas e mais importantes.

É no mínimo curioso, pois, que em tal terreno cruzem os braços diante de uma regeneração moral que se afasta os que, em outros domínios que não lhes são tão próprios, se agitem e atuem vigorosamente. Sinal dos tempos, indicador do nível de confusão axiológica que já desafortunadamente alcançamos e que, pelas razões vistas, tende a agravar-se no futuro.

JORGE BOAVENTURA DE SOUZA E SILVA, 66, é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e foi chefe da Divisão de Assuntos Sociais do Colégio Interamericano em Washington (EUA).

• 1 AGO 1988

FOLHA DE SÃO PAULO